
Revista mantida por grupos de pesquisa em História sediados na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na Universidade Federal de Sergipe (UFS) e na Universidade Regional do Cariri (URCA), especializada na publicação de artigos de revisão e resenhas de livros de História e Memória.



Analfabetismo entre negros é quase o triplo que entre brancos | Imagem: [Pei Fon/Folhapres](#)

Histórias das Ligas Contra o Analfabetismo no Brasil

Clotildes Farias de Souza (SEED-SE/UFS)

Resumo: Neste artigo, analisamos a literatura historiográfica especializada sobre Ligas contra o analfabetismo e, ao final, sintetizamos os entraves que a tradição da Historiografia educacional brasileira impõe à interpretação histórica. Também apresentamos uma alternativa teórica que sustenta a perspectiva liberal experimentada nas referidas instituições.

Palavras-chave: Ligas contra o analfabetismo, história da alfabetização; historiografia da educação; associativismo.

Introdução

As ligas contra o analfabetismo, a exemplo das instituições emergentes em Sergipe (1916) e em Pernambuco (1922), são organizações civis fundadas com o propósito de propagar o ensino primário para garantia das condições necessárias à consolidação do estado nacional republicano. A maioria dos pesquisadores brasileiros compreende as “ligas contra o analfabetismo” como formas de “entusiasmo pela educação”. Isso ficou comprovado nos levantamentos realizados entre novembro de 2017 e janeiro de 2018 em cinco bancos de dados acadêmicos.

Na pesquisa exploratória, consultei 4.928 títulos de comunicações dos anais do Congresso Brasileiro de História da Educação (CBHE), disponíveis na Plataforma da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE); 1.326 títulos de comunicações nos anais da Plataforma Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” (1991-2016); 1.377 edições, de cinquenta e cinco revistas de Educação e História, com classificação Qualis A1 e A2 da Plataforma Sucupira/CAPES; 222 dissertações e teses do Catálogo de Teses e Dissertações, da Coordenação de Aperfeiçoamento e Pessoal de Nível Superior (CAPES); mais 100 títulos e *hiperlinks* correlatos do buscador Google Acadêmico.

Auxiliada por sistemas de filtros disponíveis nos bancos de dados e leitores de arquivos em Formato Portátil de Documento (PDF), tais como o *Software Adobe Reader*, excluí os textos sem alusões aos caracteres “Liga Contra o Analfabetismo” e localizei 42 trabalhos científicos, listados no curso deste texto.

Visões valorativas sobre as Ligas contra o analfabetismo

De modo geral, excetuados os quatro trabalhos específicos das ligas contra o analfabetismo (OLIVEIRA, 2003; SOUSA, 2004; NOFUENTES, 2005; 2008), a produção acadêmica aborda o tema de forma genérica ou pontual em estudos focados em movimentos operários, formação de professores normalistas, romanização católica, educação de jovens e adultos, sanitização.

A Liga Brasileira Contra o Analfabetismo (LBCA) é a principal referência para as análises, embora sejam citadas algumas versões estaduais. A partir da liga carioca os historiadores elaboram conclusões gerais, focadas na positividade ou negatividade do movimento social analisado. De acordo com o viés interpretativo positivo, as associações foram alternativas para os problemas da época; as instituições dinamizaram o debate desenvolvido nas áreas da saúde e educação e cobraram a União investimentos no ensino primário obtendo resultados imediatos (FERREIRA, 2012; SILVA, 2011; SILVA, 2013).

Além disso, as ligas contra o analfabetismo contribuíram com o ativismo feminista e difusão da educação escolar formal da população negra (ÁLVARES, 2014; LIMA, 2003; MENEZES, 2006; SANTOS, 2005; 2007; 2012), promovendo a pedagogia científica e criando quadros profissionais específicos, dentro de outros projetos educacionais orientados pela corrente iluminista, tais como aqueles efetivados pela Maçonaria (ARAÚJO (1997; BARROSO, 2013a; BARROSO, 2013b; BARBOSA, 2013; NASCIMENTO, 2010; SOUSA, 2004). Por fim, os analistas reconheceram o papel político das agremiações engajadas na campanha do poeta Olavo Bilac (BOTO, 1994/1995).

Em uma perspectiva negativa, as ligas contra o analfabetismo foram responsáveis pelos rumos da política liberal no país e pela má qualidade da educação do presente (LEITE, 2014; LINO DE PAULA et. al., 2001; GOMES, 2015; STRELHOW, 2010). Como instrumento de intervenção, as associações serviram a política centralizadora, autoritária e incompatível com a realidade brasileira, motivo pelo qual foram absorvidas pelas reformas

estaduais restritas e coerentes com os interesses do Estado (ARAÚJO, 2009; BOMENY, 1993; SÁ, 2011; SELLARO, 1997; SOUZA, 2008; 2009). As ligas contra o analfabetismo assumiram a faceta reacionária da Igreja Católica e foram combatidas por movimentos operários, contrários ao “paliativo recoberto de certo verniz da formação católica”. Nada mais representaram que uma cruzada “tópica, assistemática, efêmera e descontínua” similar às demais iniciativas seculares de assistência e caridade que visaram suprir a ausência do poder público no campo educacional (PEREIRA, 2001, p.49; SILVA, 2009; QUEIROZ, 2001).

Desta maneira, é possível afirmar que a historiografia das ligas contra o analfabetismo é a historiografia do “entusiasmo pela educação”. Dez autores mantiveram posição de neutralidade, a exemplo de Paula Cristina David Guimarães (2015), que somente de modo casual tratou da Liga Barbacenense Contra o Analfabetismo ao se referir a Professora Maria Lacerda de Moura em estudo da psicologia experimental aplicada à pedagogia no Brasil (AMORIM, 2008; ANDRADE, 2008; ANDRADE e ARAÚJO, 2015; BARBOSA, 2013; BORGES e ARAÚJO, 2015; LIMA, 2008; NASCIMENTO, 2006; PAIVA e LIMA, 2008; SOUZA, 2008). Os demais são entusiastas da educação, conforme se observa nas citações diretas e indiretas a Jorge Nagle (2001) e seus seguidores, contabilizando:

Quadro 1 – Historiografia das “ligas contra o analfabetismo” à luz do “entusiasmo pela educação” (1974-2015)

TIPO DO TRABALHO	ENTUSIASTAS DA EDUCAÇÃO	NEUTROS	SUBTOTAL
Artigos	15	13	28
Dissertações	03	01	04
Monografias	04	00	04
Teses	06	00	06
TOTAIS	28	14	42

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações/CAPE, 24 nov. 2017; Google Acadêmico, nov. 2017; SBHE, 2008 - 2017; SBHE 1991-2016.

A emergência da categoria “entusiasmo pela educação”

O “entusiasmo pela educação” é debitário da investigação histórica de Jorge Nagle, que defendeu a tese *Educação e Sociedade no Brasil* (1920-1929), em 1966, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, São Paulo. Oito anos depois, o livro foi publicado com o título *Educação e Sociedade na Primeira República*, pela Editora da Universidade de São Paulo. Nova edição foi publicada por DP&A, Rio de Janeiro, em 2001. A obra contempla os acontecimentos do período de 1889 a 1930. A primeira parte do texto fornece uma visão panorâmica da sociedade brasileira, a qual abrange a situação política, econômica e social do país. O autor conclui nessa primeira parte que o contexto histórico-cultural descrito era heterogêneo, marcado pelas disputas entre forças sociais dominantes e forças sociais emergentes; um contexto alterado na base por uma tendência à retomada intensa e sistemática dos princípios do liberalismo e pela passagem do modelo agrário-comercial para o urbano-industrial, bem como da sociedade estamental para a sociedade de classes (NAGLE, 2001).

A segunda parte do livro de Jorge Nagle é dedicada às iniciativas e reformas educacionais dos governos federal, estadual e do Distrito Federal nos anos de 1920, a partir das quais o autor tira suas conclusões acerca do “entusiasmo pela educação” e “otimismo pedagógico” (NAGLE, 2001, p.131). O “entusiasmo pela educação” é a crença no poder salvacionista da escola. Essa crença faz a sociedade querer expandir o ensino elementar quantitativamente. O “otimismo pedagógico” é a técnica empregada pelos profissionais da educação, baseada no intuito de qualificar o ensino ministrado no país. Na primeira

conclusão, a perspectiva do debate educacional é política porque relacionada às aspirações coletivas; na segunda hipótese, a dimensão é científica porque predominam as discussões educacionais restritas ao universo da administração e organização escolares.

Nesse processo, o “entusiasmo pela educação” foi um ideal em sua origem, o ideal de nação alfabetizada em sentido estrito, e reivindicada pelos movimentos sociais da década de 1910, incorporada às diferentes plataformas políticas republicanas, principalmente, de cunho nacionalista. Em meio à crise da civilização agrário-comercial *versus* urbano-industrial, o “entusiasmo pela educação” se tornou o lema do nacionalismo em suas diferentes formas de expressão: militar, liberal e católico-conservador. Isso teria se tornado visível na Liga de Defesa Nacional (LDN), fundada por Olavo Bilac; nas ligas nacionalistas estaduais, especialmente, na Liga Nacionalista de São Paulo (LNSP); no grupo *Brazílea*, da Propaganda 26 Nativista e da Ação Social Nacionalista. O movimento atingiu o auge nos anos de 1920, mas perdeu força com a crítica dos profissionais da educação que, naquele momento, afastaria as questões sociais da educação, atribuindo menor importância à escolarização popular e maior atenção ao conhecimento técnico. Enfim, perdeu terreno para o “otimismo pedagógico”, base da Escola Nova no Brasil.

A categoria consolidada

As ideias de “entusiasmo pela educação” como categoria analítica aplicável à experiência das ligas contra o analfabetismo foi reforçada com os trabalhos: *Educação popular e educação de adultos* [1973], de Vanilda Paiva (1987), *História da educação brasileira* [1978], de Maria Luísa Santos Ribeiro (1992); *Analfabetismo no Brasil: da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler e escrever desde Catarinas (Paraguaçu), Filipas, Madalenas, Anãs, Genebras, Apolônias e Gracias até os Severinos (1534-1930)*, de Ana Maria Araújo Freire (1989); *História da Educação*, de Paulo Ghiraldelli Júnior (2003).

O par “entusiasmo pela educação” e “otimismo pedagógico” retornaram aos estudos histórico-educacionais brasileiros, inicialmente, com Vanilda Paiva (1987), em dissertação de mestrado de 1972, defendida na Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro (PUC/RJ). O texto, publicado no ano seguinte, com o título *Educação Popular e Educação de Adultos*, confirmou o raciocínio de Nagle em relação às interferências das condições sociais, econômicas e políticas na educação, bem como o caráter conservador dos movimentos expressos nas duas categorias citadas acima. Todavia, Paiva ressaltou a contraposição social às duas ideologias basilares da ordem vigente anteriores, designando os movimentos fundados na perspectiva da transformação social de “realismo pedagógico” (PAIVA, 1987, p.107). Para Vanilda Paiva, as ligas contra o analfabetismo foram um tipo de “entusiasmo pela educação”. Tais associações visaram atender os imperativos da industrialização da década de 1910 e as necessidades de ampliação das bases eleitorais. Para atingir os fins propostos, as instituições mascararam a realidade, responsabilizando o povo pelo atraso econômico e social do país e gerando preconceitos em torno do analfabetismo. Ao relacionar tal fenômeno com doenças, ócios, vícios e crimes, as ligas contra o analfabetismo transformaram os analfabetos em vítimas da pseudo compaixão de políticos ávidos por novas bases votantes. Assim, as associações fizeram história e penetraram no subsequente “otimismo pedagógico”.

Consequentemente, a tecnificação pedagógica permaneceu comprometida com o caráter conservador da educação, apesar de a massificação da escola e a formação de votantes perder importância em relação à qualidade do ensino oferecido. A autora descobriu uma terceira via explicativa para história da educação brasileira: trata-se do “realismo em educação”, categoria que reuniu as duas perspectivas analíticas anteriores, mantendo a

qualidade da educação atrelada ao papel desempenhado pelo sistema educacional, sem negligenciar as consequências no plano político, econômico e social.

Ainda na década de 1970 surge no mercado editorial o livro *História da educação brasileira* [1978], de Maria Luísa Santos Ribeiro (1992). Assim como ocorreu às referências anteriores, esse trabalho nasceu de uma dissertação de mestrado, defendida na Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC/SP), em 1975. A edição publicada em 1992, pela Cortez Editora/Autores Associados, apresenta uma história da educação escolar do Brasil dividida em oito períodos, compreendidos no tempo de 1549 a 1968. O período de 1894 a 1920 caracteriza-se pela dependência cultural advinda de uma estrutura social fundada no modelo econômico agrário-comercial exportador. A dependência cultural se traduz no crescimento do analfabetismo, entre outros aspectos, que passa a ser combatido por intermédio das campanhas geradas pela pressão social por escolas. As campanhas de combate ao analfabetismo não foram “medidas radicais”, motivo pelo qual o problema se manteve e cresceu, denotando não somente a insuficiência financeira e teórica para o enfrentamento do problema naquele momento, mas as limitações impostas à escolarização (RIBEIRO, 1992, p.75-77). As conclusões da autora convergem para o “entusiasmo pela educação” e “otimismo pedagógico”, embora os termos não sejam citados no texto, conforme denota a tese da escola como aparelho ideológico do estado, a serviço dos interesses econômicos e políticos.

Na década de 1980, Ana Maria Araújo Freire (1989) aderiu ao “entusiasmo pela educação” na dissertação de mestrado que apresentou à Faculdade de Filosofia da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), intitulada *Analfabetismo no Brasil: da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista*, ou de como deixar sem ler e escrever desde Catarinas (Paraguaçu), Filipas, Madalenas, Anas, Genebras, Apolônias e Grácias até os Severinos. Publicado pela Editora Cortez, o trabalho centra-se na história das ideologias discriminatórias, elitistas e centralizadoras, as quais impediram o acesso de homens e mulheres, indígenas e negros, aos ambientes escolares, bem como à leitura e escrita. Nesse caso, o “entusiasmo pela educação” é a ideologia da interdição do corpo, da qual se origina a inferioridade ao analfabeto, conjugada ao movimento higienista. Dessa forma, o otimismo pedagógico é um padrão liberal de realização escolar criado para “inibir, dirigir e afastar a camada proletária de sua vontade própria, nos campos político e educacional” (FREIRE, 1989, p.204).

Conforme a autora, as ligas contra o analfabetismo foram um tipo de “entusiasmo pela educação” que não logrou êxito algum do ponto de vista quantitativo e qualitativo. Assim como os demais movimentos civis e militares, oficiais e privados da década de 1920, as associações embasavam-se no positivismo e atendiam os interesses industrialistas e moralistas defendidas a princípio por Olavo Bilac e depois pela Igreja Católica. Ao contrário da imagem democrática transmitida pela menção aos movimentos de abolição e independência do país, tais iniciativas estiveram conectadas ao positivismo, por isso foram incorporadas às reformas escolanovistas do ensino primário e normal dos anos de 1920.

Nos anos de 1990, Paulo Ghiraldelli Júnior escreveu o livro *História da Educação Brasileira*. O terceiro capítulo é dedicado à chamada “República Velha” (1889-1930) e seus 28 temas, incluindo o “entusiasmo pela educação” e o “otimismo pedagógico”. As ligas contra o analfabetismo expressam o “entusiasmo pela educação” conforme ocorreu nas referências anteriores. Embora o autor tente mostrar uma visão diferente, somente acrescenta que as ligas nacionalistas incentivaram o patriotismo, até certo ponto chauvinista, no contexto da “Republicanização da República” (GHIRALDELLI JR., 2003, p.21).

A categoria criticada

As referências acima integram a produção acadêmica brasileira analisada por estudiosos da História da Educação como Miriam Jorge Warde (1984). De acordo com a autora, os trabalhos caracterizam-se pela ênfase colocada na contextualização político-ideológica e nas determinações materiais do campo educacional. Contraditoriamente, essas determinações permanecem separadas do plano concreto da educação analisada. Bruno Bontempi Júnior (1999) corrobora tal assertiva ao mencionar a existência de um “terreno do consenso” na tradição acadêmica educacional marxista-reprodutivista dos anos de 1970.

A historiografia integrante do “terreno do consenso” baseia-se no uso exclusivo de fontes oficiais, segundo o autor. O estado é o objeto central das investigações, enquanto a escola aparece como instrumento útil à manutenção das desigualdades sociais. A educação popular é o instrumento potencial de conscientização, apesar de estar sujeita às determinações oficiais. Dentro desse esquema interpretativo, estado e educação foram enquadrados em noções genéricas, tais como liberal, autoritário, reacionário, bem como em antinomias explicativas como “aparência *versus* essência”, “real *versus* proclamado”, “abstrato *versus* concreto” (BONTEMPI JÚNIOR, 1999, p.92-94).

Ainda de acordo com o viés interpretativo de Bruno Bontempi Júnior, os textos analisados sedimentaram interpretações e problemáticas educacionais ao atrelarem a organização do sistema educacional brasileiro ao Estado Nacional de 1930. Apesar de dirigirem crítica às matrizes históricas liberais anteriores, os autores adentraram o “terreno do consenso” das periodizações impostas pela geração dos “Pioneiros da Educação Nova”, especialmente de Fernando de Azevedo (1894-1974).

Ao analisar as políticas educacionais republicanas anteriores a 1920, Fernando de Azevedo acusou a decadência total do sistema nacional, alegando que foi mantido o mesmo “desenvolvimento tradicional” do Império. Uma única alteração pareceu-lhe significativa em matéria de educação, o surgimento da Associação Brasileira de Educação (ABE) (AZEVEDO, 1944, p.386). Percebe-se a tentativa desse autor em instaurar um discurso em torno da modernidade em educação, a ideia de um “novo” em luta com o “velho” “tradicional” e “arcaico”, quando ele notifica o sentimento de renovação surgido no país a partir de 1914, 29 fruto das pressões políticas, econômicas e sociais. Tal sentimento teria florescido aos poucos até se transformar em um “movimento revolucionário” cujo ápice ocorreu em 1930.

A imagem de uma república instável e ineficiente, atrelada ao liberalismo político comprometido com as fraudes das eleições governamentais, foi referendada por uma historiografia fundada na omissão de uma variedade de formas de participação popular ocorridas nas primeiras décadas do século vinte, segundo Martha Abreu e Angela Castro Gomes (2009). Em consonância com a ideia de uma “República que não foi”, porque “não era para valer” (CARVALHO, 1987, p.160), porque havia “Ideias fora do lugar” (SCHWARZ, 1992, p.9-31), a historiografia acusou o insucesso da cultura política liberal implantada no contexto brasileiro das primeiras décadas do século vinte devido às circunstâncias históricas, econômicas e sociais do país.

Reformulações teóricas aclararam o fato de a “república que não foi” ter sido criada pelos ideólogos do chamado Estado Novo, que se autorreferenciaram como marco para compreensão do presente-passado-futuro. Para esses ideólogos, a “República Velha” foi somente o tempo do desmando político das oligarquias, do egoísmo, caudilhismo e coronelismo (GOMES, 2009. p.1). Maria Sylvia de Carvalho Franco (1976) afirma que o liberalismo brasileiro foi uma forma específica do processo de instauração das relações de

mercado e da integração da economia nacional ao nível mundial. Desse modo, as ideias estavam coerentemente encaixadas para a época, porque a ideologia liberal centrava-se na própria estrutura local. O caráter “fora do lugar” não residia na rejeição de uma ideia “importada”, localmente disfuncional, mas na sensação disseminada à época por autores como Sérgio Buarque de Holanda em livros como *Raízes do Brasil* [1936]. Esse tipo de interpretação resultou na dicotomia entre ideia e vida real, norma e prática, tantas vezes interpretadas como efeito do liberalismo brasileiro.

Escrita como introdução ao Censo de 1940, a obra de Fernando de Azevedo pretendeu sintetizar e apresentar o Brasil aos brasileiros e ao Mundo (TOLEDO, 2000). As interpretações e explicações do autor foram incorporadas nos estudos históricos educacionais de tal forma que ultrapassaram os limites da história construída pelos liberais, atingindo até os seus próprios críticos (NASCIMENTO, 1999). Conforme explica Miriam Warde:

Por motivos vários, *A cultura brasileira*, de Fernando de Azevedo, tem sido alvo de especial atenção da crítica historiográfica, seja pelo papel que vem desempenhando há quase meio século nos rumos da pesquisa historiográfica, seja pela capacidade de repor estoques de memória. Quero argumentar que *Educação e sociedade na Primeira República*, de Jorge Nagle, sem deslocar o lugar ocupado pelo antecessor, e, talvez, por isso mesmo, representa um outro *marco-de-passageiro* de gerações de pesquisadores da educação e 30 *ponto-de-virada* de padrões de pesquisa educacional (WARDE, 2000, p.161).

Nessa perspectiva, refletir acerca dos marcos historiográficos é uma tarefa da qual não pode se eximir o pesquisador interessado em compreender os fenômenos da educação. Jorge Nagle (2001) teve o mérito de apresentar uma possibilidade metodológica para a pesquisa ao buscar o sentido social da educação, segundo Warde. Não obstante a repercussão sem precedentes entre os pesquisadores da educação (escolar) das categorias “entusiasmo pela educação” e “otimismo pedagógico”, ambas não se enquadram facilmente em qualquer objeto de estudo. Tais conceitos foram criados a partir de determinantes sociais específicos. Dizem respeito a um conjunto de questões comuns à administração escolar, em todos os níveis e modalidades de ensino.

Concernentes aos estudos específicos das ligas contra o analfabetismo, o uso daqueles conceitos foi contraditório. João Augusto de Oliveira (2003) adotou as acepções de Ana Maria Freire (1989) para explicar a Liga Baiana Contra o Analfabetismo como uma “ideologia da inferioridade do analfabeto”. (OLIVEIRA, 2003, p.56). O autor assumiu essa hipótese apesar de reconhecer na associação uma atitude autoconsciente da sociedade civil baiana acerca da sua capacidade de enfrentamento dos problemas coletivos e de busca por direitos políticos. Enquanto muitos escritores insistem em tratar as ações educacionais estatais e privadas com exclusividade, o autor avistou um projeto coletivo de escolarização pública e politização. Entretanto, abandonou as próprias observações em favor da análise dos entusiastas pela educação, conforme se verifica abaixo:

Parece-nos crer também que a criação de tais organizações foram as respostas para inibir, dirigir e afastar as camadas proletárias de sua vontade própria, nos campos políticos e educacionais, identificamos que tais movimentos como a Liga Baiana e Nacional eram anti-revolucionárias, antianarquistas, anti-socialistas e anti-comunistas. (OLIVEIRA, 2003, p.62).

Sustentáculo dos privilégios dos dominadores, a associação baiana seria uma ação isolada, levada a efeito por atores sociais crentes do poder da educação para salvação nacional. O salvacionismo creditado à educação brasileira levou-me a contradição similar no estudo da

LSCA, não obstante os elementos empíricos permitissem interpretações diferenciadas (SOUSA, 2004). Jorge Nagle e Vanilda Paiva forneceram a teoria basilar para interpretação da associação sergipana como movimento político de cunho nacionalista, centrado na multiplicação de escolas. Mas a teoria não explicava a evidente conotação pedagógica do objeto e foi preciso adotar o estudo de Marta Maria Chagas de Carvalho (1998) acerca da ABE. A autora compreendeu a impossibilidade de negar o caráter político e técnico das distintas propostas educacionais republicanas, uma vez que todas estavam submetidas às condições históricas. Assim revisou o “entusiasmo pela educação” e “otimismo pedagógico” admitindo a coexistência das duas variáveis analíticas nas formações educacionais.

A revisão da categoria

É a versão revisada do “entusiasmo pela educação” que aparece nos trabalhos de Vanessa Carvalho Nofuentes (2005 e 2008). Referência consolidada na última década entre os pesquisadores que discutiram os movimentos educacionais brasileiros republicanos. A autora centra suas análises na insurgência da autoconsciência brasileira na Primeira República, momento estratégico na História do Brasil. No auge da Primeira Guerra Mundial e do Primeiro Centenário de Independência do Brasil, ela enxerga o “entusiasmo pela educação” das ligas contra o analfabetismo como exemplo daquele pensar acerca do Brasil. Então, afirma ser tal movimento a “antessala” do “otimismo pedagógico” ou o vir a ser daquilo que teria se tornado a ABE a partir de 1924: o movimento organizado de combate ao analfabetismo no país que deu origem a síntese mais sistematizada das propostas educacionais brasileiras, conhecida por “Escola Nova”. Nesse sentido, o mérito do movimento analisado estaria além dele, nos seus desdobramentos, ainda que as evidências apresentadas pela autora revelassem o oposto (NOFUENTES, 2008, p.17).

Vanessa Carvalho Nofuentes chegou a se posicionar contra a memória historiográfica que esvaziou os movimentos anteriores à fundação da ABE em 1924 de suas preocupações pedagógicas, embora tenha reconhecido que a situação da Primeira Guerra Mundial introduziu novos elementos de discussão, tais como a ordem nacional. A autora entendeu que a defesa nacional era uma preocupação que demandava atenção e isso moveu homens como Olavo Bilac a defenderem a ideia do “soldado-cidadão”, uma clara associação entre Exército- Nação. Contudo, observou, a versão militarista foi apenas uma das expressões do nacionalismo do período. Mais que preocupações políticas, estavam postas questões de cunho cívico-nacionalista, uma qualidade pouco valorizada por estudiosos do assunto, particularmente por Jorge Nagle (2001).

Todas as ressalvas feitas à memória historiográfica, embasadas na revisão formulada por Marta Maria Chagas de Carvalho (1998), não foram suficientes para nos livrar de certo consenso das ligas brasileiras contra o analfabetismo. Mantivemo-nos presos às categorias “entusiasmo pela educação” e “otimismo pedagógico”, ambas superadas pelas investigações que realizamos. Assim, reforçamos as “cristalizações das matrizes interpretativas” características da nossa história da educação, as quais têm impedido os pesquisadores de reconstruírem suas categorias, como já afirmou Clarice Nunes (1992, p.151). Apesar dos esforços de problematização e operações metodológicas empreendidas no sentido da superação das fronteiras entre teoria e prática, educação e sociedade, seguimos a linha dos estudos desenvolvidos nos anos de 1960-70-80 relativos à educação na Primeira República.

Por que isso acontece? Uma reflexão sobre o pensamento brasileiro que procura alcançar suas relações com a história não escapa de questionar seu alcance político. Isto compreende

tanto a tarefa de identificar os supostos sociais do pensamento, as ideias transferidas das situações concretas para o texto teórico, quanto o trabalho de apontar as implicações incrustradas nos próprios procedimentos de conhecer, própria forma como se articula o discurso. (FRANCO, 1976, p.63).

No âmbito educacional, a invenção de um novo perdura e denuncia a “teoria da dependência” sugerida por Maria Sylvia de Carvalho Franco na sequência da transcrição acima, quando discute a razão de tantos binômios nas histórias brasileiras: desenvolvimento-subdesenvolvimento, tradicional-moderno, dominação-dependência. É a hipótese da metrópole produtora das relações sociais e da colônia produto, afirma Franco, que alimenta as teorias dualistas e proclama a neutralidade científica. À parte a discussão dos polos capitalistas, o texto oportuniza uma reflexão acerca dos julgamentos facultados por tal polarização na educação.

Vertentes explicativas subjacentes à Pedagogia Social da atualidade, conforme apurou Roberto da Silva (2016), fornecem indícios da matriz do pensamento brasileiro atual. A Educação Popular, voltada à compreensão das práticas educativas relacionadas à alfabetização, por exemplo, fundamenta-se no repertório cultural dos povos colonizados por europeus; um repertório constituído de temas relacionados às culturas indígenas e africanas, bem como a resistência ideológica que lhe é própria. Acerca da resistência, Paulo Freire a explicou quando tratou da “desumanização” em relação com a “humanização”. A humanização é a vocação negada dos homens e, porquanto, geradora da liberdade, porque a violência da negação opressora gera reações contrárias (FREIRE, 1981).

A resistência característica da educação popular foi ressaltada por Vanilda Paiva (1987), que contrapôs o “realismo em educação” ao “entusiasmo pela educação” e “otimismo pedagógico” de Jorge Nagle (2001). Paiva concebeu a educação de adultos como elemento essencial para redemocratização da sociedade. A cultura popular em sua perspectiva foi ponto de partida para efetiva alfabetização em massa; tal cultura facultou a conscientização necessária acerca das reais condições de exploração e subordinação: social, econômica e política. Mais tarde, Vanilda Paiva (1980) apresentou “Paulo Freire e o nacionalismo-desenvolvimentismo”, mostrando o quanto contraditório a obra freiriana podia ser, porque fundada naquela ideologia educacional brasileira dos anos de 1950 e 1960.

Os educadores brasileiros orientam-se nas teses de Dermeval Saviani (2008) para afirmarem suas opções pedagógicas. Referência comum nos estudos educacionais, o livro “Escola e democracia” aponta o “entusiasmo pela educação” e “otimismo pedagógico” como causa dos problemas da educação nacional: a passagem de um para outro movimento teria coincidido não somente com o momento de recomposição do poder político do grupo urbano-industrial, mas de transformação da escola em via de transmissão favorável aos detentores do poder político. Isso justifica a crítica do autor a escola nova e à ideologia liberal, assim como aos críticos dessa ideologia, os quais se mostraram incapazes de resolver o problema da marginalização escolar infantil. À marginalização compreende o semi-analfabetismo que atinge metade das crianças latino-americanas e serve de parâmetro para classificação das teorias educacionais.

Da passagem do “entusiasmo pela educação” ao “otimismo pedagógico” advém a separação entre “Teorias Não-Críticas” e “Teorias Crítico-Reprodutivistas”. No primeiro caso, inserem-se a Pedagogia Tradicional, Pedagogia Nova e Pedagogia Tecnicista. Por validarem a educação como instrumento de equalização social, portanto, de superação da marginalidade, as “Teorias Não-Críticas” tratam a marginalização como um desvio a ser corrigido. As “Teorias Crítico-Reprodutivistas”, ao contrário, percebem a educação como

instrumento de discriminação social, estando voltadas para marginalização; logo a tratam como problema social a ser resolvido com ajuda da escola.

Ao analisar o conceito de “passagem do entusiasmo pela educação ao otimismo pedagógico” na pesquisa educacional brasileira, Rosemary Heijmans Dore (2003) atentou para intenção política inerente a “pedagogia revolucionária” da “envergadura da vara” formulada por Dermeval Saviani, a qual se tornou conhecida pelo nome de “pedagogia histórico-crítica” (DORE, 2003, p.7). Para Dore, a metáfora é uma continuidade da leitura de Nagle e Paiva acerca do escolanovismo, acrescida da “abstrata situação de produção e recomposição da hegemonia burguesa no Brasil”, que teria acontecido com os avanços dos movimentos sociais do início do século vinte (Ibid, p.10). Abstrata, essa tese é vazia de elementos empíricos, tanto porque não houve nenhuma revolução dos trabalhadores na década de 1910 no Brasil ou na França, conforme ocorreram no século dezanove na Europa; quanto porque as reivindicações proletárias não resultaram na universalização da escola e alfabetização. Em todo caso, a relação entre escola nova e recomposição da hegemonia burguesa pode ter contribuído para afastar as novas gerações do estudo dos educadores formados numa tradição liberal e de análises voltadas para o contraditório do programa da Escola Nova.

Considerações finais

Como tentamos demonstrar nos tópicos anteriores, as histórias da organização da educação brasileira republicana (promovida pelo associativismo pedagógico do período de 1916-1922) continuam marcadas pela ideia de escola como lugar encarregado do ensino formal. A escolarização, por sua vez, é entendida como uma cultura que ultrapassa os muros das instituições e se faz notar em espaços urbanos transformados em ambientes educacionais, onde a cultura escrita é transmitida. Especificamente sobre as ligas, a historiografia converge para a ideia de que tais instituições foram mero instrumento ideológico burguês/militar e/ou simples expressão de um “entusiasmo pela educação”.

A escolarização na atualidade continua a ter um sentido civilizatório, por isso suscita preocupações em torno da falta de domínio dos códigos da língua nacional e do conteúdo artístico e científico em geral. Os sentidos dos termos mudaram muito no último século, mas os fins e os meios educacionais ainda revelam suas semelhanças, como é possível constatar nos elementos constituintes da proposta pedagógica das ligas pernambucana e sergipana contra o analfabetismo.

Contudo, diferentemente do que impera na historiografia educacional e, exatamente por causa da insuficiência do par de categorias exaustivamente referidos neste texto, pensamos que o pensamento de Alexis de Tocqueville pode ampliar a nossa compreensão do fenômeno das ligas, tomadas, a partir de agora como exemplo de associação civil. Dessa forma, a categoria “associativismo voluntário” ganha relevo na análise do nosso objeto, podendo inclusive revelar aspectos da cultura liberal típica da então região Norte do Brasil.

Buscar em Alexis de Tocqueville elementos para formulação da categoria-chave deste estudo, por fim, é uma alternativa para evitar as polarizações atuais do pensamento educacional brasileiro, principalmente em relação ao caráter político-técnico, novo-velho, moderno-tradicional. Esse movimento, por fim, põe a historicidade do objeto acima das categorizações *a priori* e identifica intersecções nas experiências observadas, sem perder de vista as possíveis continuidades dos fatos.

Referências

ALVARES, Maria Luzia Miranda. Entre eleitoras e elegíveis: as mulheres e a formação do eleitorado na democracia brasileira – quem vota? quem se candidata? *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 43, p. 119-167, dez. 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0104-8333201400430119>>. Acesso em: 13 jan. 2018.

ANDRADE, Adênia Santos Andrade; SOUZA, Josefa Eliana. Curso de Pedagogia: a higiene escolar nas prescrições de Helvécio de Andrade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5, 2008, Aracaju. *Anais eletrônicos...* Aracaju: CBHE, 2008.

ANDRADE, Fabiane Vasconcelos. A docência na Escola Normal Rui Barbosa nas primeiras décadas do Século XX. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5, 2008, Aracaju. *Anais eletrônicos...* Aracaju: CBHE, 2008. Disponível em <<http://www.sbhe.org.br/node/87>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

ARAÚJO, Cristina. A Reforma Antônio Carneiro Leão no final dos anos de 1920. *Revista Brasileira de História da Educação*, São Paulo, v. 9, n. 1[19], p. 119-136, jan./abr. 2009.

ARAÚJO, Marta Maria de. Breves notas sobre a constituição do movimento de renovação educacional no decênio de 1910–1920. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS, 4, Campinas. *Anais eletrônicos...* Campinas: HISTEDBR/UNICAMP, 1997.

AZEVEDO, Fernando. *A Cultura Brasileira*: introdução ao estudo da cultura no Brasil. 2 ed.

BARROSO, Cristina de Almeida Valença Cunha. O professor Adolpho Avila Lima e a inspeção escolar em Sergipe. 1913-1935. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6, 2013, Curitiba. *Anais eletrônicos...* Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2013b. Disponível em:

BARROSO, Cristina de Almeida Valença Cunha. *Reformas educacionais e a pedagogia moderna: mudanças no pensar e fazer pedagógico da escola normal (1911-1931)*. 2013a.

BOMENY, Helena. Novos talentos, vícios antigos: os renovadores e a política educacional.

BONTEMPI JÚNIOR, Bruno. História da educação brasileira: o terreno do consenso. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.). *Memória Intelectual da educação brasileira*. Bragança Paulista: EDUSF, 1999, 100 p.

BORGES, Gabriela Ferreira de Mello; ARAÚJO, José Carlos Souza. Regulamentação da instrução pública no município de Frutal/MG, Brasil, 1892. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v. 14, n. 1, p. 385-402, jan./abr. 2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/32111>>. Acesso em: 13 jan. 2018.

BOTO, Carlota. Nacionalidade, Escola e voto: a Liga Nacionalista de São Paulo.

BOTO, Carlota. *Rascunhos de escola na encruzilhada dos tempos*. 1990. 215 f. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação)-Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

- LINO DE PAULA, Lucília Augusta et al. Educação de jovens e adultos: a experiência da UFRRJ com o programa Alfabetização Solidária. REUNIÃO DA ANPED, 24, Caxambu, 2001. *Textos completos dos...*, Caxambu: ANPED, 2001. Disponível em: <<http://24reuniao.anped.org.br/P1812827416733.doc>>. Acesso em: 26 nov. 2017.
- DORE, Rosemary Heijmans. O conceito de passagem do —entusiasmo pela educação‖ ao —otimismo pedagógico‖ na pesquisa educacional brasileira. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 26, 2003, Poços de Caldas. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: Anped, 2003.
- FERREIRA, Leonardo Costa. Educação e saúde na Primeira República: debates e reformas entre 1910 e 1920. *Revista NUPEM*, Campo Mourão, v. 4, n. 6, jan./jul. 2012. Disponível em: <<http://www.fecilcam.br/revista/index.php/nupem/article/viewFile/168/159>>. Acesso em: 8 mar. 2018.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. As ideias estão em seu lugar. *Cadernos de Debate*, São Paulo, n. 1, p. 61-64, 1976. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2499829/mod_resource/content/1/pensamento/MariaSylvia_as_ideias_estao_no_lugar.pdf>. Acesso em: 14 out. 2015.
- FREIRE, Ana Maria de Araújo. *Analfabetismo no Brasil: da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler escrever desde as Catarinas (Paraguaçu), Filipinas, Madalenas, Anas, Genebras, Apolonias e Grácias até os Severinos*. São Paulo: Cortez, 1989.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. *Filosofia e história da educação brasileira*. Barueri, SP: Manole, 2003. Primeira edição de 1990.
- GOMES, Alexsandro da Silva. Desafios e perspectivas dos alunos na educação de jovens e adultos da escola municipal de educação básica Jurandir Liberino de Mesquita. *Revista Eventos Pedagógicos*, Sinop, v. 6, n. 2, 15. ed., número regular, p. 32-42, jun./jul. 2015. Disponível em: <<http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/view/1874>>. Acesso em: 10 mar.
- GOMES, Ângela Castro. *Olavo Bilac, ideólogo do nacionalismo brasileiro*. Relatório final do projeto de pesquisa apoiado pelo Programa de Apoio ao Pós-Doutorado no Estado do Rio de Janeiro da CAPES/FAPERJ (09/2010-08/2011). Rio de Janeiro: CAPES/FAPERJ, 2010/2011.
- GUIMARÃES, Paula Cristina David. Maria Lacerda de Moura e a Psicologia Experimental para a educação da infância em Minas Gerais (1919). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 8, 2015, Maringá. *Anais eletrônicos...* Maringá: CBHE, 2015.
- LEITE, Maricélia Teixeira. *Evasão escolar na EJA: um estudo de caso na E.E.E.F.M. Profª Maria Celeste do Nascimento*. 2014. 55 f. Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas)-Universidade Estadual da Paraíba, Monteiro, 2014.
- LIMA, Eduardo José Silva. *Recife entra em campo: história social do futebol no Recife (1905-1937)*. 2013. 137 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional)-Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de História, Recife, 2013.

- LINO DE PAULA, Lucília Augusta et al. Educação de jovens e adultos: a experiência da UFRRJ com o programa Alfabetização Solidária. REUNIÃO DA ANPED, 24, Caxambu, 2001. *Textos completos dos...*, Caxambu: ANPED, 2001. Disponível em: <<http://24reuniao.anped.org.br/P1812827416733.doc>>. Acesso em: 26 nov. 2017.
- MENEZES, Jaci Maria Ferraz de. *Construindo a vida: relações raciais e educação na Bahia*. Cadernos Penesb, Niterói, n. 8, p. 98-127, dez. 2006. Disponível em: <http://www.uff.br/penesb/images/jdownloads/Publicacoes/penesb8_web.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2018.
- NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. A pedagogia de Sílvia Romero e as suas notas de leitura. Revista Brasileira de História da Educação, São Paulo, n. 11, p. 41-69, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/158/167>>. Acesso em: 13 jan. 2018.
- NASCIMENTO, José Anderson. *A contribuição da Maçonaria para a prática educativa em Aracaju (1870-1980)*. 2010. 86 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010.
- NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do. A pedagogia dos catecismos protestantes no Brasil católico. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4, 2006, Goiânia. *Anais eletrônicos...* Goiânia: SBHE, 2006. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-oautores/eixo03/Ester%20Fraga%20Vilas-Boas%20Carvalho%20do%20Nascimento%20-%20TEcto.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2018.
- NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *A cultura ocultada*. Londrina: UEL, 1999. Londrina: UEL, 1999.
- NASCIMENTO, José Anderson. *A contribuição da Maçonaria para a prática educativa em Aracaju (1870-1980)*. 2010. 86 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010.
- NOFUENTES, Vanessa Carvalho. *Construindo a nação: Liga Contra o Analfabetismo no Estado do Rio de Janeiro (1916-1919)*. 2005. 51 f. Monografia (História)-Universidade Estadual do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2005.
- NOFUENTES, Vanessa Carvalho. *Um desafio do tamanho da Nação: a campanha da Liga Brasileira Contra o analfabetismo (1915-1922)*. 2008. 163 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura)-Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), Rio de Janeiro, 2008.
- NUNES, Clarice. História da educação brasileira: novas abordagens de velhos objetos. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 6, p. 151-182, 1992. Disponível em: <www.bvanisieteixeira.ufba.br/artigos/historia.htm>. Acesso em: 12 jun. 2015.
- OLIVEIRA, João Augusto Lima de. *República e alfabetização: história da Liga Bahiana Contra o Analfabetismo*. 2003. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização)-Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2003.
- PAIVA, Bruna Maria Moraes de; LIMA, Rosângela Chrystina Fontes de. *O ensino noturno e os grupos escolares na Parahyba do Norte (1916-1920): organização e práticas educativas*.

- In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5, 2008, Aracaju. *Anais eletrônicos...* Aracaju: CBHE, 2008. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/node/87>>. Acesso em: 13 nov. 2017.
- PAIVA, Vanilda Pereira. *História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Edições Loyola, 1987. Primeira edição de 1973.
- PAIVA, Vanilda Pereira. *Paulo Freire e o nacionalismo-desenvolvimentista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- PEDROSA, Tales de Lima. *Tramways: modernidade e resistência*. *Revista Rural e Urbano*, Recife. v. 1, n. 1, p. 200-204, 2016. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/ruralurbano/index.php/ruralurbano/article/view/27>>. Acesso em: 27 set. 2018.
- PEREIRA, Adelaide Maria Gonçalves. *A Imprensa dos trabalhadores no Ceará, de 1862 aos anos 1920*. 2001 558 f. (Doutorado em História)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.
- QUEIROZ, Zuleide Fernandes de. *Ligas de Combate ao Analfabetismo no Brasil: a contribuição do Município de Barbalha para a educação brasileira*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6, 2011, Vitória. *Anais eletrônicos...* Vitória: CBHE, 2011. Disponível em <<http://www.sbhe.org.br/node/89>>. Acesso em: 13 nov. 2017.
- RIBEIRO, Maria Luísa Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 12 ed. São Paulo: Cortez, 1992 (Coleção educação contemporânea). Primeira edição de 1978.
- ROSA, Ângela Marise Souza da. *Políticas Públicas em Educação: o caso do Rio de Janeiro. Programa Nova Escola e Planejamento Estratégico da Educação*. 2014. 51 f. Monografia (Especialista em Gestão Pública)-Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2014.
- SÁ, Elizabeth Figueiredo de. *A introdução da escola nova em Mato Grosso*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6, 2011, Vitória. *Anais eletrônicos...* Vitória: CBHE, 2011. Disponível em <<http://www.sbhe.org.br/node/87>> Acesso em: 13 nov. 2017.
- SANTOS, Mônica Celestino. *Breve síntese das relações entre o major Cosme de Farias e a vida cultural de Salvador no século XX*. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA (ENECULT), 3, Salvador, 2007. *Anais eletrônicos...* Salvador, UFBA, 2007. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2007/MonicaCelestino.pdf>>. Acesso em: 7 mar. 2018.
- SANTOS, Monica Celestino. *Réus, analfabetos, trabalhadores e um major: a inserção social e a política do parlamentar Cosme de Farias em Salvador*. 2005 197 f. Mestrado (História Social)-Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.
- SANTOS, Nivalda Menezes. *O celibato pedagógico feminino em Sergipe nas três primeiras décadas do século XX: uma análise a partir da trajetória de Leonor Telles de Menezes*. São Cristóvão. 2006. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Programa de Pós- Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2006.
- SANTOS, Priscila Pereira. VILLAR, José Wellington Carvalho. *A segunda residência no litoral de Sergipe (Brasil): entre os —velhos “e os —novos” territórios*. In: CONGRESSO

IBEROAMERICANO DE ESTUDIOS TERRITORIALES Y AMBIENTALES, 6, São Paulo, 2014. *Anais do...* São Paulo: Estudios Territoriales, 2014. Disponível em: <http://6cieta.org/arquivosanais/eixo1/Priscila%20Pereira%20Santos,%20Jose%20Wellington%20Carvalho%20Vilar.pdf> Acesso em: 12 set. 2018.

SANTOS, Yan Soares. *A sociedade propaganda da instrução pública e suas ações de qualificação profissional em Recife (1872-1903)*. Recife. 2014. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

SCHWARZ, Roberto. (Org.). *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo de social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 2000. p. 9-31.

SELLARO, Lêda Rejane Accioly. Educação e modernidade em Pernambuco: renovação do ensino público (1920/1937). In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL” (HISTEDBR), 4, Campinas, *Anais eletrônicos...* Campinas: UNICAMP, 1997. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario4/trabalhos/trab041.rtf>. Acesso em: 10 mar. 2018.

SILVA, Carolina Fernandes da. *As associações de remo em Porto Alegre/RS: “jogos identitários nas primeiras décadas do Século XX”*. 2011. 105 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Ciências do Movimento Humano)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 2011.

SILVA, JOSIER FERREIRA DA. *O círculo operário de Barbalha como expressão do catolicismo social na educação e na cultura (1930-1964)*. 2009 356 f. (Doutorado em Educação)-Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

SILVA, Luciano Cipriano da. *Políticas públicas de extensão rural e associativismo: o projeto modelo de gestão comunitária de saneamento em pequenas localidades rurais da zona da mata de Pernambuco*. 2012. 123 f. Mestrado (Extensão Rural e Desenvolvimento Local)-Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2012.

SILVA, Tereza Maria Trindade da. Educação nacional: realidade brasileira e embates na década de 1910. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7, 2013, Cuiabá. *Anais eletrônicos...* Cuiabá: CBHE, 2013. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/node/90>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

SOUSA, Clotildes Farias de. *Por uma Pátria de luz, espírito e energia: a campanha da Liga Sergipense contra o Analfabetismo (1916-1959)*. 2004. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2004.

SOUSA, Jane Bezerra de. *Ser e fazer-se professora no Pianuí no século XX: a história de vida de Nevinha Santos*. 2009. 236 f. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

SOUSA, Ricardo Alexandre Santos. Theodoro Sampaio: um Intelectual Enciclopédico Brasileiro. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 10, Uberaba.

SOUZA NETO, João Clemente; SILVA, Roberto; MOURA, Rogério (Org.). *Pedagogia Social*. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2009.

SOUZA, Jane Bezerra de. Nevinha Santos: memórias de formação e docência. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5, 2008, Aracaju. *Anais eletrônicos...* Aracaju: CBHE, 2008. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/node/87>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

SOUZA, Josefa Eliana. Uma compreensão a partir de referente Norte-Americano do —programa de instrução pública de Aureliano Candido Tavares Bastos (1861-1873). São Paulo. 2006. 190 f. Tese (Doutorado em Educação: História, Política e Sociedade)-Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo, 2006.

SOUZA, Rosa Fátima de. Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Ed. da UNESP, 1998.

SOUZA, Sônia Ribeiro de. “*Quem inventou o analfabeto e ensinou o alfabeto ao professor*”: as disputas em torno das formulações das políticas públicas educacionais (1890 – 1934). 324 f. Tese (Doutorado)—Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

STRELHOW, Thyeles Borcarte. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 38, p. 49-59, jun. 2010. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/38/art05_38.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2018.

TOLEDO, Edilene. Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 61, p. 497-518, maio/ago. 2017.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. A cultura brasileira. *Revista Brasileira de Educação*, n. 15, p. 182-184, dez. 2000. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-2478200000020013>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

VEIGA, Cyntia Greive. A escola e a República: o estadual e o nacional nas políticas educacionais. *Revista Brasileira de História da Educação*, São Paulo, v. 11, n. 1 (25), p. 143-178, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/issue/view/1369>>. Acesso em: 13 jan. 2018.

WARDE, MIRIAN JORGE. Americanismo e educação: um ensaio no espelho. *São Paulo Perspectiva* [online], v. 14, n. 2, p. 37-43, 2000. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S102-88392000000200006>>. Acesso em: 3 set. 2018.

Autora



Clotildes Farias de Souza é doutora e mestre em Educação e licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), coordenadora de Educação a Distância, Formação e Tecnologias Educacionais do Centro de Formação (Cefor) da Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe (Seduc/SE). É estudiosa da alfabetização e suas tecnologias, das associações educacionais, com ênfase na história da educação. Entre outros textos, publicou: “Representações do associativismo voluntário na Historiografia educacional brasileira” e “Ação latino-americana de informação e alfabetização -Brasil: o projeto de educação de jovens e adultos da Igreja Assembleia de Deus em Sergipe – 2006 a 2008”. ID Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2935323860855582>; ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9397-0254>; E-mail: clotildesfs@gmail.com.

Para citar este artigo

SOUZA, Clotildes de Farias. Histórias das Ligas Contra o Analfabetismo no Brasil. *Crítica Historiográfica*. Natal, v.2, n.7, p.100-116, set./out, 2022.

© – Os autores que publicam em *Crítica Historiográfica* concordam com a distribuição, remixagem, adaptação e criação a partir dos seus textos, mesmo para fins comerciais, desde que lhe sejam garantidos os devidos créditos pelas criações originais. (CC BY-SA).